

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GIOVANNA NOGUEIRA BARRESE

Movimentos sociais chilenos e a violência simbólica institucional

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Relações
Internacionais da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo (PUC-SP), como
exigência parcial para a obtenção do título
de Bacharel em Relações Internacionais.
Orientador: Arthur Murta

São Paulo

2022

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer meus pais, Christina e Marcelo, que em todas as etapas de minha vida me apoiaram e incentivaram, fornecendo toda a ajuda e afeto que precisei, principalmente no decorrer desses 4 anos. Dedico a eles esse trabalho. Reconheço o esforço de ambos para fornecer-me o melhor estudo e as melhores oportunidades. Dedico também esse TCC ao meu irmão, Enzo, que disponibilizou seu tempo para encontrar artigos e documentários quando eu não conseguia e que além disso, compreendeu todas as vezes que precisei de apoio emocional e forneceu-me. Agradeço à minha avó, Maria José, que sempre esteve muito presente em minha vida e passou-me valores muito importantes para que me tornasse a pessoa que sou hoje.

Agradeço às minhas amigas, Julia, Letícia, Roberta e Luiza, que desde a primeira semana se tornaram minha rede de apoio dentro da faculdade e fora dela. Todos os artigos, seminários, apresentações e trabalhos que fizemos ao longo do curso, de forma conjunta ou em separações de trio e dupla, prepararam-me para esse trabalho. A convivência com vocês possibilitou-me conhecer o melhor de mim. Agradeço por deixarem mais leves minhas tardes e noites, pelas risadas em cada reunião, pela compreensão, pela irmandade e pelo suporte. Não teria conseguido sem vocês.

Agradeço em especial a Julia e ao Reinan, que me acompanharam em todo o processo de escrita deste trabalho, entendendo minhas fragilidades, dando-me apoio emocional, ajudando-me na organização e no cumprimento de metas, ouvindo-me falar do tema e de minhas ideias frequentemente e revisando o texto propriamente dito.

Por fim, agradeço meus professores que me acompanharam em todo o processo, auxiliaram-me ao longo de todos esses anos e mostraram-se solícitos a quaisquer problemas que tive no decorrer da graduação. Em especial, Arthur Murta, meu orientador e responsável por despertar em mim a curiosidade e a paixão pela política latinoamericana.

Não, quietinha não ficas mais bonita.
És linda quando lutas,
quando brigas pelo que é teu,
quando não te calas
e tuas palavras mordem,
quando abres a boca
e tudo arde ao teu redor.

Não, quietinha não ficas mais bonita,
ficas um pouco mais morta,
e, se algo sei sobre ti,
é que não vi ninguém,
jamais,
com tanta vontade de viver.

Gritando.

Miguel Gane, *Arde*

Precisamos questionar tudo, desde a religião e as leis até a ciência e os costumes. Vamos nos zangar para valer, vamos nos zangar tanto que nossa fúria pulverize os fundamentos que sustentam esta civilização. (ALLENDE, 2021, p.170)

RESUMO

A explosão social do Chile de 2019 trouxe visibilidade em grande escala para o colapso socioeconômico que o modelo neoliberal havia criado no país desde a implementação da constituição outorgada por Augusto Pinochet em 1980, durante o regime ditatorial. Porém as demandas trazidas em outubro de 2019 já eram recorrentes nas ruas chilenas há várias décadas e já eram pautadas em diversas manifestações civis prévias, como as estudantis e feministas, que ocorreram com mais veemência a partir de 2006, com a “Revolución Pingüina”. Essa pesquisa apresenta a relevância dessas manifestações sociais para a eclosão de 2019, o papel desses grupos para o início do processo constituinte, algumas demandas trazidas as ruas ao longo dos anos, algumas consequências posteriores aos protestos e também uma análise comparativa das instituições chilenas frente às instituições de dominação masculina e reprodução da violência simbólica discutidas na obra de Bourdieu, representadas pela Família, Igreja, Escola e Estado.

Palavras-chave: Chile. Manifestações. Neoliberalismo. Feminismo. Estudantis. Instituições.

ABSTRACT

Chile's social explosion of 2019 brought large-scale visibility to the socioeconomic collapse that the neoliberal model had created in the country since the implementation of the constitution created by Augusto Pinochet in 1980, during the dictatorial regime. However, the demands brought in October 2019 had already been recurrent in Chile for several decades and were already based on several previous civil manifestations, such as student and feminist, which took place more vehemently from 2006 onwards, with the "Revolución Pingüina". This research presents the relevance of these social manifestations for the outbreak of 2019, the role of these groups in the beginning of the constituent process, some demands brought to the streets manifestations over the years, some subsequent consequences of the protests and also a comparative analysis of Chilean institutions against the institutions of male domination and reproduction of symbolic violence discussed in Bourdieu's work, represented by the Family, Church, School and State.

Keywords: Chile. Manifestations. Neoliberalism. Feminism. Students. Institutions.

RESUMEN

El estallido social de Chile de 2019 trajo visibilidad a gran escala del colapso socioeconómico que el modelo neoliberal había generado en el país desde la implementación de la constitución otorgada por Augusto Pinochet en 1980, durante el régimen dictatorial. Sin embargo, las demandas planteadas en octubre de 2019 ya eran recurrentes en las calles chilenas desde hace varias décadas y ya se basaban en varias manifestaciones civiles anteriores, como las manifestaciones estudiantiles y feministas, que se dieron con más vehemencia a partir de 2006, con la “Revolución Pingüina”. Esta investigación presenta la relevancia de estas manifestaciones sociales para el estallido de 2019, el papel de estos grupos en el inicio del proceso constituyente, algunas demandas sacadas a la calle a lo largo de los años, algunas consecuencias tras las protestas y también un análisis comparativo de Instituciones chilenas frente a las instituciones de dominación masculina y reproducción de la violencia simbólica discutido en la obra de Bourdieu, representada por la Familia, la Iglesia, la Escuela y el Estado.

Palabras Clave: Chile. Manifestaciones. Neoliberalismo. Feminismo Estudiantes. Instituciones.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	07
2	MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMANDAS CONTRA A OPRESSÃO NEOLIBERAL PATRIARCAL - 2006 A 2018.....	09
2.1	Revolução dos Pinguins.....	09
2.2	Mobilização estudantil.....	11
2.3	Ni una a menos.....	13
2.4	Tsunami feminista.....	15
3	“ESTALLIDO SOCIAL” E PROCESSO CONSTITUINTE.....	19
4	A DOMINAÇÃO MASCULINA DE BOURDIEU E O CASO CHILENO	28
5	CONCLUSÃO.....	33
	REFERÊNCIAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

O Chile passa atualmente por um dos momentos de maior relevância em sua história recente, as manifestações de 2019 ecoaram mundo a fora e deram visibilidade às demandas trazidas pela população chilena contra a exploração neoliberal. O processo que parece eclodir por conta do aumento das passagens de metrô é, na verdade, muito mais profundo e antigo que isso.

Durante a ditadura de Augusto Pinochet, grupos estudantis e de mulheres se reuniam para enfrentar a opressão ditatorial, tendo assim, papel importante para a queda do regime e ascensão da democracia. Com o fim da ditadura, porém, vemos o resfriamento desses movimentos populares e um relativo período de estabilidade popular e econômica durante os anos 90.

No começo do século XXI, todavia, o modelo neoliberalista vigente, instaurado pela constituição pinochetista de 1980, começa a apresentar seus primeiros sinais de fracasso e começa a refletir na população toda a desigualdade que um Estado Neoliberal torna possível por meio de suas estruturas.

A dificuldade de acesso a recursos básicos, a falta de assistência do Estado e o aumento gradativo da desigualdade, ano após ano, foi gerando insatisfação da sociedade civil frente ao modelo vigente e agravando ainda mais a crise de legitimidade da constituição de 1980 e do modelo de Estado chileno (GUTIÉRREZ & OSUNA, 2020).

Alguns grupos da sociedade civil foram essenciais para o entendimento de como o Chile alcançou o cenário atual, entre eles o movimento feminista e o movimento estudantil ganham evidência ao liderarem os protestos sucessivos a favor do maior envolvimento do Estado no que diz respeito a providência de acesso a saúde, moradia, educação, segurança e trabalho.

A busca por um Estado mais justo e participativo foi o que levou a uma série de protestos no Chile, organizados por essas duas parcelas da população, que ocorreram com maior veemência a partir de 2006 e que levaram o país ao processo constituinte que está em vigor atualmente.

O conceito de dominação masculina e de violência simbólica de Pierre Bourdieu auxilia na compreensão dos entraves institucionais e patriarcais que permeiam muitas das reivindicações trazidas pela população chilena. O debate sobre a Igreja, Estado, Escola e Família como reprodutores de uma hegemonia

opressora, tratado por Bourdieu em sua obra, além de enriquecer a análise do cenário chileno e possibilitar um paralelo claro, elucida as raízes das demandas trazidas as ruas por esses movimentos sociais e explica a dificuldade para rompê-las.

As demandas dos protestos nas ruas chilenas, o poder deles para os eventos de 2019, 2020 e 2021, sucessivamente, e a discussão dessas demandas sob a ótica da dominação masculina e da violência simbólica de Bourdieu são o foco do trabalho a seguir.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMANDAS CONTRA A OPRESSÃO NEOLIBERAL PATRIARCAL - 2006 A 2018

2.1 Revolução dos Pinguins

Foi a partir do ano de 2006 que o Chile presenciou um aumento do volume de manifestações, sendo elas feministas ou não, que se opuseram ao modelo neoliberal, herdado da ditadura. As reivindicações trazidas pelos manifestantes confrontam leis e estruturas estatais que foram construídas em cima do modelo econômico capitalista.

Ressalta-se que o presente trabalho considera o entendimento de movimento feminista como “movimentos sociais e políticos que se fundam na consciência de que as mulheres (como coletivo humano) foram oprimidas, exploradas e dominadas pelo patriarcado, em suas diferentes etapas históricas” (COBO, 2009, p.180).

O ano de 2006 contou com mudanças importantes para o cenário chileno, pois foi nesse ano que uma das revoltas estudantis mais importantes da história recente do país, a Revolução dos Pinguins, ocorreu. Devemos pontuar também que foi eleita a primeira mulher para a Presidência da República chilena, Michelle Bachelet, representando a coligação de esquerda “Concertación de Partidos por la Democracia” (CPD).

A Revolução dos Pinguins foi um movimento democrático que buscava transformações nos amarres estruturais deixados pelo ditador Augusto Pinochet. O movimento estudantil que começou sob as demandas de gratuidade do passe escolar e diminuição do valor da inscrição da Prova de Seleção Universitária, logo ganhou força e começou a reivindicar uma mudança muito mais profunda no modelo de ensino (OLIVEIRA, 2011). A “Ley Orgánica Constitucional de la Enseñanza” (LOCE) que foi promulgada em 10 de março de 1990, transformou a educação em mercadoria e colocou os problemas da educação para serem resolvidos a partir da lógica de mercado (FAZIO, 2006). A rejeição a essa lei virou pauta e motivação das mobilizações e movimentou milhares de alunos e professores por todo o Chile.

A LOCE faz parte de um projeto de privatização da educação proposto por Pinochet, que além de agravar as desigualdades do país a partir de sua base, também tirava grande parte da responsabilidade do Estado para com a educação.

Tudo isso sob o pretexto de liberdade de ensino e sob a ótica neoliberal que o ditador propagava em seus atos.

Para agravar as desigualdades, o modelo de ensino contava com a municipalização da educação, que fazia com que as cidades fossem responsáveis pelo ensino disponibilizado para a população de seu território. De forma com que as cidades e distritos mais ricos tivessem possibilidade de fornecer uma educação de melhor qualidade para seus estudantes. A municipalização foi outro fator agravante da desigualdade, justamente porque as pessoas mais ricas, que moram nos distritos mais ricos, recebem uma educação melhor, resultando na manutenção, e até agravamento, das desigualdades já presentes no país.

O primeiro mandato de Michelle Bachelet, que teve início em 11 de março de 2006, contou, logo em seu início, com uma série de protestos estudantis. Porém, para além da Revolução dos Pinguins, o mandato da primeira mulher presidente do Chile foi visto com olhares de esperança por diferentes grupos de mulheres que viam na presidente uma possibilidade de avanços progressistas em relação às demandas feministas.

Apesar de, na prática, o governo de Bachelet não ter trazido muitas mudanças para o cenário na época, ficou claro que uma porta havia se aberto na política chilena, sempre tão conservadora, agora mostrava que a relação entre homens e mulheres que se estabelecia até o momento tinha grande possibilidade de transformação em caráter de gênero.

O insucesso de Bachelet para acalentar as reivindicações estudantis, o que acabou, de certo modo, por acentuá-las, está atrelado não somente a atitudes individuais da presidente e de seu partido “Concertación de Partidos por la Democracia” (CPD), mas também está ligado ao alinhamento delas com o projeto neoliberal. Vale salientar o difícil enfrentamento do projeto, uma vez que o mesmo está enraizado na estrutura educacional chilena (OLIVEIRA, 2011). Então, grande parte das demandas trazidas durante as manifestações não foram abarcadas pelas medidas políticas feitas por Bachelet nos anos seguintes de seu governo.

A importância de 2006 para este trabalho reside no fato de que houve uma mudança do cenário chileno a partir desse ano. Abriu-se um novo período de movimentações políticas, reivindicações e demandas dentro da sociedade chilena, com um protagonismo crescente das novas gerações atreladas ao movimento

estudantil. Além disso, fica evidente o surgimento de novas formas de participação política e social. (ALVAREZ & NAVARRETE, 2019).

2.2 Mobilização estudantil

Ocorreu, em 2011, uma das maiores mobilizações estudantis que o Chile tenha registrado desde a redemocratização. O fenômeno, que teve início em junho, foi um reflexo direto das manifestações de 2006, fazendo porém alguns adendos muito importantes que diferenciam os movimentos.

De 2010 a 2014, temos o primeiro mandato de Sebastián Piñera. Por ser o primeiro governo de direita eleito democraticamente desde 1958, representava, de certo modo, uma renovação política, visto que desde o final da ditadura de Augusto Pinochet o poder havia ficado nas mãos de candidatos de esquerda da Concertación de Partidos por la Democracia, que não combateu de forma efetiva os problemas estruturais trazidos pelo neoliberalismo e somente implementou rasas políticas institucionais pontuais (ALVAREZ & NAVARRETE, 2019).

Infelizmente, Piñera também não supria as demandas sociais chilenas, e pelo contrário agravava a situação do país. “É inegável a herança desse período [ditatorial de Pinochet] no governo de Piñera, que tem entre seus ministros remanescentes do governo Pinochet e em sua base partidária a UDI, partido que congrega políticos experientes da direita pinochetista e que defendem abertamente o legado da ditadura” (OLIVEIRA, 2011).

Ao pensarmos no papel do governo de Sebastián Piñera para o agravamento da mobilização estudantil, encontramos a chave da questão. O Chile de 2011 se encontrava, de certo modo, em condições econômicas favoráveis, com baixas taxas de desemprego e ausência de pobreza massiva, porém como trazido na Revolução dos Pinguins, a questão a ser debatida era a presença do modelo neoliberal na educação chilena, e Piñera era um representante desse modelo, uma vez que, somente beneficiava o empresariado e mantinha o Estado chileno mais próximo da realidade neoliberal que foi trazida pela ditadura de Augusto Pinochet.

Não é estranho, então, que já em seu segundo ano de mandato, o presidente de direita tenha enfrentado manifestações de estudantes de ensino médio e universitários que protestavam contra a estrutura do sistema educacional chileno e seu baixo financiamento estatal. Essas manifestações foram suficientemente

massivas para causar impacto no campo político do governo de Piñera, que viu sua aprovação despencar. Além disso, a falha do presidente em lidar com as pautas trazidas e sua inabilidade em fazer concessões fez com que o movimento ganhasse as devidas proporções (ALVAREZ & NAVARRETE, 2019).

A mobilização estudantil de 2011, como já trazido anteriormente, foi uma continuação da Revolução dos Pinguins, uma vez que, a LOCE foi substituída pela “Ley General de Educación” (LGE), como uma forma de suprir as demandas dos estudantes, porém, na prática, a substituição de leis não trouxe mudanças significativas para os discentes. Por isso, as reivindicações de 2011 se acentuaram em relação às de 2006 e trouxeram à tona a ambição por educação pública gratuita e de qualidade em nível nacional, além de requerer o fim da lógica do lucro em cima do ensino (MUÑOZ, 2020).

Os protestos da mobilização estudantil, que duraram, aproximadamente, 7 meses, ganharam grande proporção por diversos fatores, principalmente porque contaram com o apoio de inúmeras parcelas da sociedade chilena. O movimento ganhou apoio da classe trabalhadora, dos movimentos regionais e ambientais e contou com o suporte, ainda tímido, do movimento feminista, além de evidenciar demandas históricas da América Latina (OLIVEIRA, 2011).

Cabe salientar que essa coparticipação de diferentes camadas da sociedade chilena está ligada a “tensão estrutural própria de um neoliberalismo maduro” (OLIVEIRA, 2011). A inquietação é sentida por diversos segmentos da população que já não conseguem manter suas condições de vida dentro desse modelo econômico. O problema enfatizado, então, por essa mobilização inicialmente estudantil diz respeito a falhas do modelo estrutural neoliberalista, e não somente de pequenas áreas institucionais (OLIVEIRA, 2011).

Outro problema que agravou a situação chilena e marcou essa onda de protestos que se estendeu até 2012, foi as inúmeras denúncias de perseguição policial contra estudantes e professores que participaram das manifestações. As ações punitivas ordenadas por Sebastián Piñera geraram ainda mais indignação entre os manifestantes.

Trazemos aqui um ponto chave do ano de 2011: o começo das reflexões sobre sexismo dentro do movimento estudantil. Apesar de há muito tempo as ações feministas estarem ativas no Chile, é em 2011, após a grande mobilização que elas se relacionam com o movimento estudantil. Então, além da reivindicação por uma

educação pública de qualidade, os estudantes somaram a suas demandas, pela primeira vez, o requerimento de uma educação não sexista, que buscasse eliminar o machismo de suas estruturas (MUÑOZ, 2020). É importante lembrar que diversos coletivos feministas nasceram a partir dos movimentos estudantis.

De novo, vemos a inabilidade de Piñera ao lidar com a situação quando os movimentos estudantil de mulheres começam a acontecer. O presidente fez breves alterações em relação à agenda de gênero após as manifestações de 8 de março de 2011, porém todas elas estavam ligadas a mulher como parte da família, ou seja, a mulher como parte da instituição conservadora familiar. Além disso, trazia um caráter claramente neoliberal em suas mudanças ao também propagar a ideia de incluir as mulheres no mercado de trabalho, como se as soluções necessárias às demandas trazidas estivessem somente ligadas à estrutura do trabalho (ALVAREZ & NAVARRETE, 2019).

2.3 Ni una a menos

Durante o segundo mandato de Michelle Bachelet, nos anos de 2015 e 2016, a América Latina passa pelo movimento “Ni una a menos” contra o feminicídio. A mobilização teve início a partir do assassinato de Chiara Páez, uma menina de 14 anos, grávida, que foi morta por espancamento pelo namorado e de outras 4 mulheres. A morte da jovem gerou muita revolta e foi considerada a gota d'água para que em 3 de junho de 2015, milhares de mulheres argentinas fossem às ruas para protestar contra todas as formas de violência sofridas pelas mulheres e mais especificamente contra o feminicídio.

Muito embora esse movimento não tenha se iniciado no Chile propriamente dito, e sim na Argentina, diversos países latinoamericanos passaram por essa onda de protestos, sob o mesmo lema e isso se deu pela forte participação midiática e o apoio das redes sociais a causa. Não tardou para que as mulheres chilenas corroborassem com a mobilização, que foi uma forte marca das demandas feministas e da insatisfação das mulheres com as práticas e comportamentos dominantes que são reproduzidos pelas instituições estatais, machistas e liberais chilenas (ALVAREZ & NAVARRETE, 2019).

O Chile se encontrava em um momento específico de sua história, onde havia o esgotamento do modelo político vigente, a exigência por acabar com a

institucionalidade herdada da ditadura e a emergência de movimentos sociais mais críticos. Michelle Bachelet propôs, pela primeira vez, um projeto refundacional pós-ditatorial, que buscava fazer uma reforma constitucional, uma reforma fiscal para taxar grandes empresas e uma reforma educacional para acabar com a lógica de mercado presente na estrutura educacional, porém o projeto não obteve sucesso frente a forte oposição da direita chilena (ALVAREZ & NAVARRETE, 2019).

Dentro desse contexto, as manifestações do #Ni una menos trouxeram força não somente para o movimento feminista chileno como também para outras parcelas da população chilena que também reivindicavam o fim das estruturas neoliberais deixadas pela ditadura. As mulheres que inundaram as ruas de diversas cidades estavam dispostas a romper com as dinâmicas de opressão imposta pela sociedade patriarcal capitalista (MARTÍNEZ, 2019).

O movimento, que começou por conta da menina argentina, foi ganhando forças no Chile e incorporando outras demandas do debate público do país, além disso, contou com a proliferação de outras manifestações com outras diversas requisições, como a marcha de descriminalização do aborto, protestos contra o machismo, ocupações em instituições de ensino para denunciar abusos, entre outras ações (MARTÍNEZ, 2019).

As reivindicações das marchas #Ni una menos estavam diretamente ligadas ao fim da violência machista e pediam a liberdade de decidir sobre seus corpos. Em diversos cartazes carregados pelas manifestantes era possível ler frases como “Quero voltar sem medo para casa”, “O corpo é meu, não se toca, não se viola, não se mata” e “Não queremos poder sobre os homens, mas sobre nós mesmas” (MARTÍNEZ, 2019). Fica claro que o debate de poder decidir sobre seus corpos é central nas pautas trazidas nessas manifestações, todavia, o poder de decisão passa justamente pela opressão sistemática a que as mulheres chilenas são expostas, diz respeito à violência estrutural e simbólica.

Aqui é importante fazer uma reflexão acerca da potência das manifestações que se repetiram nos anos seguintes e abriram portas para outras tantas mais manifestações no Chile. A influência midiática em todo esse processo foi crucial para que os movimentos tomassem as proporções astronômicas que foram registradas, as redes sociais se mostraram uma importante aliada nesse contexto e em tantos outros. É impraticável pensar nos movimentos recentes do Chile, e do mundo, sem

pôr em pauta o peso que a internet teve sobre eles (ALVAREZ & NAVARRETE, 2019).

Ao apresentar suas demandas nas ruas chilenas, as feministas se apropriaram do espaço público para aparecer e participar de ações políticas diretas que visavam acabar com as estruturas patriarcais.

[...] quando corpos se unem como o fazem para expressar sua indignação e para representar sua existência plural no espaço público, eles também estão fazendo exigências mais abrangentes: estão reivindicando reconhecimento e valorização, estão exercitando o direito de aparecer, de exercitar a liberdade e estão reivindicando uma vida que possa ser vivida. (Butler, 2018, p.37).

Por fim, é importante dizer que as marchas de #Ni una menos, trouxeram diversas consequências positivas para o movimento de mulheres no Chile. Algumas normas e leis foram criadas a partir dessas reivindicações que avançaram e contemplaram algumas das demandas trazidas pelas feministas.

2.4 Tsunami feminista

O movimento que ocorre no 2018, que ficou conhecido como “Tsunami Feminista”, se faz impossível de ser pensado ao se excluir o contexto mundial que essa mobilização se insere. Milhões de mulheres por todo o mundo se manifestaram, das mais diversas maneiras, pedindo por direitos. E na sociedade chilena, o processo, obviamente, não foi diferente.

O “Tsunami Feminista” no Chile, pode ser visto como um ponto de virada dentro do contexto político do país, a manifestação de 8 de março de 2018 foi uma das maiores já registradas no país, contando com mais de 100 mil mulheres reunidas por todo o país em prol de objetivos comuns. Porém, foram as mobilizações do que ficou conhecido como “Mayo feminista chileno” que realmente marcaram o ano em questão no Chile (GONZALEZ & VIDAL, 2019).

Os protestos tiveram início no dia 17 de abril de 2018, na Universidade Austral de Valdivia, após várias denúncias de abusos sexuais contra o corpo docente da instituição. A omissão da reitoria foi o gatilho para a ocupação da faculdade de Filosofia e Humanidades, porém os protestos não se restringiram a essa universidade e sob a hashtag #TomasFeministas mais de 15 universidades e 35 faculdades foram ocupadas em pouco mais de um mês. Além das demandas contra

os abusos, as mulheres pediam também uma educação pública de qualidade, não sexista, anticapitalista e anti patriarcal.

É interessante pensar que apesar de o movimento feminista não ser política e ideologicamente homogêneo, em 2018 existiram temáticas que unificaram as mulheres de todo o país (REYES-HOUSHOLDER, ROQUE, 2019). As mobilizações buscaram enfrentar o patriarcado, o machismo, foram contra todas as violências sofridas pelas mulheres e colocaram a heteronormatividade como sistema opressor e controlador de corpos. Além disso, questionaram o ordenamento simbólico patriarcal (CONTRERAS, 2021).

As marchas e ocupações “tomas” - termo em espanhol utilizado na hashtag do movimento - sempre foram vistas como as principais formas de protestos pelas quais os estudantes mostravam suas insatisfações, o uso da ocupação das universidades como forma de reivindicar seus direitos reforçou a articulação da militância estudantil com a militância feminista, relação essa, que se torna chave para entender a política atual chilena (GONZALEZ & VIDAL, 2019). Além disso, reforça o poder das instituições educacionais no combate às desigualdades entre homens e mulheres (REYES-HOUSHOLDER, ROQUE, 2019).

Trazendo outro ponto de vista sobre as manifestações, a prática de tomar as faculdades está diretamente ligada a uma lógica de conquista de um espaço à força. As ocupações das faculdades, e tudo que elas representam dentro do sistema vigente, tinham por objetivo quebrar o status quo e a institucionalidade. A conquista daqueles espaços pelas feministas está relacionado, de certa maneira, a mostrar sua voz, mostrar suas reivindicações, fazer-se presente em um lugar que representa tudo que te oprime. As tomadas das faculdades tem, então, um poder simbólico imenso para as feministas que buscavam evidenciar e atingir suas demandas (CONTRERAS, 2021).

Conforme mencionado anteriormente, a manifestação de 8 de março de 2018 reuniu um número grande de mulheres nas ruas chilenas. Nos protestos de maio e junho de 2018 ocorreu algo similar. A manifestação pacífica de 16 de maio “Contra la Violencia Machista, Educación no Sexista” reuniu mais de 150 mil pessoas por todo o Chile, foram expressivos também os números da manifestação “Por una Educación No Sexista y las Exigencias de las Universidades” que reuniu mais de 100 mil pessoas e a manifestação “Por el Aborto Libre” que reuniu, somente na capital, Santiago, mais de 50 mil pessoas (GONZALEZ & VIDAL, 2019).

Pode-se observar também a inclusão de diversas outras parcelas da população que agregaram ao tsunami e buscavam por seu reconhecimento e direitos. Em 6 de junho de 2018, mais de 100 mil pessoas se juntaram em protesto em Santiago justamente sob esse lema de inclusão: “Precarização vivemos todas: à rua estudantes, migrantes, mães e trabalhadoras” (CONTRERAS, 2021). Esse movimento dimensiona o tamanho das manifestações, visto que não somente as feministas, jovens e estudantes que participavam do movimento, mas também, mulheres de todas as idades, em suas mais variadas condições sociais e econômicas, também se somavam às alunas para requerer seus lugares de igualdade na sociedade chilena.

Esse movimento encabeçado por estudantes de diferentes níveis conseguiu avanços importantes dentro das universidades, foram criados protocolos de abuso sexual e planos de prevenção à violência de gênero, além disso, as feministas (e dissidências sexuais) conseguiram a consideração do nome social para as pessoas transgêneras na documentação universitária (REYES-HOUSHOLDER, ROQUE, 2019). Para além dos avanços dentro das universidades, nota-se avanços fora desses ambientes também, a demanda, não só nacional, como global, por redução de desigualdades fez com que no Chile fosse criada a “Comissão permanente de Mulheres e Equidade de Gênero” na Câmara de deputados chilena para que fosse discutido os temas trazidos nas ruas. Após a criação da Comissão houve uma explosão de projetos de leis para modificar as leis orgânicas do país de maneira a reduzir as desigualdades e suprir algumas das demandas do movimento. É interessante pontuar, que esses projetos de leis tiveram suas autorias feitas por diferentes deputadas e deputados de diferentes partidos dentro da Câmara (REYES-HOUSHOLDER, ROQUE, 2019).

Faz-se importante pontuar as ações do presidente Sebastián Piñera dentro desse contexto, uma vez que, algumas de suas ações geraram consequências significativas nos meses seguintes. Piñera respondeu às manifestações promovendo algumas ações que tomavam por base o feminismo liberal e isso trouxe alguns poucos e inesperados avanços, que só foram possíveis sob a pressão dos protestos, porém o presidente ignorou o caráter cultural dos estabelecimentos de ensino. Assim, deixou de abarcar as discussões profundas sobre instituições que eram trazidas nas manifestações, isso gerou certa revolta entre parte das protestantes. As manifestantes puxaram nas redes sociais a hashtag #Pineranoesfeminista como

forma de repúdio às ações liberalistas de Piñera (REYES-HOUSHOLDER, ROQUE, 2019).

Portanto, o tsunami feminista foi um grande movimento, muito além de uma “onda” feminista, pois modificou narrativas e incluiu pautas importantes no debate público. Para além das reivindicações contra a violência contra a mulher, se somaram discursos de dissidências sociais, violência sexual e educação não sexista, ademais, trouxe debates sociais e economicos de forma direta. Discutindo não somente a violência de gênero, mas as normas de gênero que operam o poder do Estado a favor dos homens, brancos e heterossexuais (CONTRERAS, 2021).

Fazendo um retrospecto da realidade chilena, é possível ver que desde 2011, os movimentos estudantis e feministas tem trazido importantes questionamentos as estruturas politicas e economicas chilenas, porém é a intersecção feminista estudantil que revela a necessidade da construção de uma sociedade mais justa e mais humana que discuta pautas de gênero e dissidencias sexuais para além das pautas já trazidas anteriormente contra o colonialismo e o neoliberalismo presentes na estrutura educacional, política e economica chilena (GONZALEZ & VIDAL, 2019).

3 “ESTALLIDO SOCIAL” E PROCESSO CONSTITUINTE

Como mostrado no capítulo anterior, a insatisfação popular chilena foi ganhando força e abrangência durante os anos seguintes a 2006. Desde a revolução dos pinguins, até os protestos feministas de 2018, vemos uma evolução no cenário chileno que se torna peça-chave para entendermos o que acontece nos anos seguintes e nos dias atuais.

Ao compreendermos esses grupos como parte integrante da sociedade civil, podemos ver como esses movimentos de mulheres e estudantes, que se estenderam por todo o início do século XXI, denunciaram as injustiças que o modelo econômico neoliberal propagava e estimularam as mobilizações que emergiram em 2019 e se prolongaram até os dias atuais (GONZÁLEZ, 2020).

O que vemos em 2019 é uma mudança radical no cenário político chileno, mudança essa, que confrontam barreiras estruturais estatais chilenas, pois da forma que essas estruturas institucionais foram construídas pela constituição de Augusto Pinochet ao final da ditadura, se tornam insuficientes e ultrapassadas para acompanhar as mudanças solicitadas pela população.

A constituição de 1988, apesar de ter sido posta em vigência no período de transição à democracia e ter sido reformada de forma rasa pelos opositores à ditadura em 1989, ela é, em sua origem, a Carta Outorgada que foi imposta pelo regime e pelo ditador Augusto Pinochet em 1980. Portanto, embora a Constituição de 1988 tenha passado por mudanças políticas na época, e posteriormente, no que diz respeito ao campo econômico e social, é, essencialmente, a Carta Outorgada do regime pinochetista, que propaga os componentes ideológicos do mesmo até hoje (GONZÁLEZ, 2020).

A partir disso, podemos compreender o porquê de os movimentos sociais reivindicarem com tanta veemência uma nova carta constitucional, pois a estrutura rígida do estado capitalista chileno - que por diversas vezes foi vista como exemplo de modelo a ser seguido, tido como o “Jaguar da América Latina” (JIMÉNEZ - YAÑEZ, 2022) - se mostra, então, como uma estrutura falha, excludente e perversa.

O ano de 2019 é um rascunho do que pode vir a ser uma das ações políticas mais importantes do cenário atual no que diz respeito ao enfrentamento do modelo neoliberal e logo em seu início, já temos o registro de um grande movimento de mulheres que ecoa os movimentos dos anos anteriores.

O Tsunami feminista gerou grande mobilização para a organização e realização de manifestações por todo o ano de 2019 e o primeiro “Encontro Plurinacional das que Lutam” conta com mais de 2 mil mulheres que representavam diferentes povos existentes no Chile e que buscavam meios de defender seus diversos interesses e demandas dentro de um contexto muito maior de enfrentamento ao modelo neoliberal (CATARINAS, 2020). A reivindicação por um Estado plurinacional fortalece ainda mais o movimento de mulheres ao longo da história, uma vez que, ganha força de grupos indígenas do país que também fazem parte de uma minoria marginalizada historicamente pelas estruturas do Estado chileno.

Esse encontro foi peça chave para a organização da manifestação de 8 de março em Santiago, no Chile, que chegou a reunir mais de 500 mil pessoas por todo o país e se tornou uma das maiores manifestações desde a ditadura (GUTIÉRREZ & OSUNA, 2020). A força desse movimento feminista chileno de março de 2019 refletiu diretamente nos eventos que se seguiram nesse mesmo ano, uma vez que, essas mulheres convocaram toda a sociedade civil para uma greve geral, por meio de intervenções nos metrô e nas ruas, e estimularam as reivindicações pela saída de Piñera do poder (CATARINAS, 2020).

Além disso, as mulheres presentes nesse movimento pediam pelo fim do controle do empresariado sobre a educação, saúde e previdência social, além de melhorias trabalhistas e reivindicação de seus direitos em todas as esferas do Estado. Pautas que já haviam sido trazidas em diferentes protestos feministas, como os citados no capítulo anterior.

Sebastián Piñera foi inábil em diversos momentos ao longo de seu governo, o que fez com que as feministas ficassem ainda mais insatisfeitas com sua permanência no cargo. As poucas reformas que Piñera realizou para tentar suprir as demandas das mulheres as colocava sob a ótica da família e do trabalho, o que somente reproduziam a lógica patriarcal e neoliberal do Estado chileno.

A manifestação de 8 de março de 2019 sofreu forte repressão do governo de Sebastián Piñera, que pelo uso de policiais - conhecidos como carabineros ou “pacos” - deixaram mais de 3 mil vítimas durante os protestos. Houve mais de 60 denúncias diretas ao aparato policial ordenado por Sebastián Piñera e dessas 95% das denúncias dizem respeito a abusos sexuais, nudez forçada ou estupros (CATARINAS, 2020).

É desnecessário dizer que a repressão sofrida por esse grupo de mulheres e a forma brutal como foram violentadas gerou ainda mais insatisfação popular, ainda mais revolta contra as instituições estatais chilenas e estimulou ainda mais as ações convocatórias para uma greve geral, que aconteceria alguns meses depois.

No mês de outubro, o Chile registrou uma série de protestos de grande magnitude que evoluíram a um estado de desobediência civil e posteriormente uma oposição direta à constituição vigente. A princípio, o dia 7 de outubro de 2019 foi organizado por estudantes secundaristas, uma manifestação contra o aumento das passagens de metrô que havia subido 30 pesos. O movimento ganhou força quando a polícia ou carabineros, agiram de forma a reprimir as mobilizações estudantis com o uso de extrema violência e deixaram muitos feridos (GONZÁLEZ, 2020).

No dia 18 de outubro, o Chile registra o que ficou conhecido como “Estallido Social”, um movimento de tamanhos inimagináveis com consequências ainda maiores. Estações de metrô foram incendiadas e atacadas por manifestantes em massa que invadiram, forçaram a entrada sem pagar, vandalizaram as estações, enfrentaram a força policial e inundaram as ruas com faixas, bandeiras e cantos que eram contrários ao modelo extrativista, a existência de construções subjetivas neoliberais e a submissão aos modos conhecidos de construção do poder hegemônico (GUTIÉRREZ & OSUNA, 2020). Fica evidente, desse modo, que os eventos de 2019 que começaram por conta do aumento da passagem do transporte público, na verdade, possuíam raízes muito mais profundas.

Sob o lema de “No es por 30 pesos, es por 30 años”, os chilenos foram às ruas não somente demandar o fim dos abusos policiais mas também reivindicar o fim do modelo neoliberal vigente que somente agrava a desigualdade e a iniquidade da sociedade chilena. A ineficiência da cobertura total à saúde, a má qualidade da educação pública, as dificuldades na obtenção de uma moradia própria, a desigualdade do sistema de seguridade social e, a desigualdade social propriamente dita, o requerimento que o acesso a água seja gratuito, pois é um direito humano, e a desigualdade de gênero levaram as reivindicações ao ponto de não ser mais ser possível responder às demandas por meio das estruturas estatais vigentes no Chile e, então, haver a necessidade de uma nova constituição (GONZÁLEZ, 2020).

Por semanas seguidas, milhões de manifestantes tomaram as ruas e reivindicaram com afinco todas as demandas já trazidas ao longo das manifestações feministas e estudantis do século XXI.

O governo decretou estado de emergência no Chile, o que resultou na saída das Forças Armadas às ruas. Com essa ação, houve a morte numerosa de pessoas e isso gerou ainda mais revolta daqueles que reivindicavam condições melhores de vida e ainda mais rejeição ao governo de Sebastián Piñera (GONZÁLEZ, 2020). Cabe pontuar a forma como o presidente do Chile fez uso recorrente das forças estatais para reprimir e agredir os manifestantes ao longo de seus governos, podendo ser essas atitudes serem intituladas “terrorismo de Estado” (GUTIÉRREZ & OSUNA, 2020).

No dia 25 de outubro de 2019, ocorreu a maior manifestação da história republicana chilena. A manifestação reuniu mais de 1 milhão e 200 mil pessoas e foi nomeada “Marcha de la dignidad” (GUTIÉRREZ & OSUNA, 2020). Além das reivindicações econômicas, que acompanhavam todas as manifestações desde o início do século, a nova constituição¹ era requerida por meio de uma assembleia constituinte. E por fim, no mês seguinte, dia 15 de novembro de 2019, os partidos políticos juntamente com o governo, assinaram o chamado Acordo pela Paz Social e a Nova Constituição, ação que gerou os trâmites legais para institucionalizar o processo constituinte.

Eric Gonzalez coloca em seu texto que:

A institucionalidade foi surda por décadas à demanda do povo. Surpreendida e aterrorizada pela vontade de mudanças expressadas pelas organizações sociais e pela crescente legitimação do protesto social e do direito à rebelião, constituiu uma solução que mostra o interesse em controlar esse poder, e não em interpretar completamente as suas demandas. (GONZALEZ, 2020).

Ainda em 2019, no dia 25 de novembro, Dia Internacional da Eliminação da Violência contra a Mulher, milhares de mulheres foram às ruas de Santiago e ecoaram o canto “Un Violador en tu Camino”², criado pelo coletivo Las Tesis. O canto

¹ Vale ressaltar que as reivindicações por um novo processo constituinte vem acontecendo em território chileno desde o ano de 2002 com mais intensidade. Diversas parcelas da sociedade civil já haviam se organizado politicamente para fazer tal reivindicação, mas todas as tentativas foram falhas até então. A última tentativa havia sido de Michelle Bachelet em 6 de março de 2018, mas o governo de Piñera encerrou o projeto. Para saber mais, ler: GONZALEZ, Eric Eduardo Palma. Notas sobre o processo constituinte chileno 2019-2020. **Revista Culturas Jurídicas**, [s. l.], v. Volume 7, n. N° 16, jan./abr. 2020.

² El patriarcado es un juez / que nos juzga por nacer. / Y nuestro castigo / es la violencia que no ves. / El patriarcado es un juez / que nos juzga por nacer. / Y nuestro castigo / es la violencia que ya ves. / Es feminicidio. / Impunidad para mi asesino. / Es la desaparición, / es la violación. / Y la culpa no era mía, ni dónde estaba ni cómo vestía. / Y la culpa no era mía, ni dónde estaba ni cómo vestía. / Y la culpa no era mía, ni dónde estaba ni cómo vestía. / Y la culpa no era mía, ni dónde estaba ni cómo vestía. / El violador eras tú. / El violador eres tú. / Son los pacos, / los jueces, / el Estado, / el presidente. / El Estado opresor es un macho violador. / El Estado opresor es un macho violador. / El violador eras tú. / El violador eres tú. / Duerme tranquila, niña inocente, / sin preocuparte del

havia sido performado pela primeira vez cinco dias antes em Valparaíso e rapidamente ganhou amplitude global (GARCÍA,2020). Mulheres de diversos países do mundo, como Espanha, França, Turquia, México, Inglaterra, reproduziram a canção e a coreografia e postaram nas redes sociais, o que ajudou ainda mais na divulgação do movimento e da letra. A letra faz menção direta às violências cotidianas sofridas pelas mulheres dentro do núcleo estatal e institucional, além disso, aponta diretamente para os membros dessas instituições quando cita os policiais e os juízes e o presidente.

O poder estatal é questionado mais uma vez e dentro da lógica chilena, podemos pontuar um Estado ultraliberal, com muitas injustiças, desigualdades e violências, que vem ano a ano acumulando escândalos e descontentamento da sociedade civil.

Isso posto, faz-se interessante pensar o porquê de as instituições sentirem-se aterrorizadas com essas fortes mudanças do campo social e ainda, o motivo pelo qual a população não acredita que mudanças políticas seriam suficientes para suprir suas demandas.

Os pontos levantados como peças-chave para entender a descrença da população nas instituições e os protestos do Chile estão ligados às 4 principais crises: a de representação, a de participação, a de falta de confiança institucional e a dos escândalos públicos (QUIROGA, 2020).

Desde 2012 entrou em vigência a voluntariedade do voto, esse fato fez com que o número de votantes no Chile caísse significativamente. Houve, então, um aprofundamento da desigualdade de classes, uma vez que, o eleitorado da Região Metropolitana de Santiago, a parte mais rica e instruída do país, representa 40% dos votos do país. A identificação dos eleitores com os seus representantes, e com seus partidos, cai consideravelmente, pois os eleitos representam um grupo específico de pessoas (QUIROGA, 2020).

A crise de representação está diretamente ligada à crise de participação, como citado anteriormente, e ambas estão ligadas a dificuldade dos partidos de processarem as demandas da população e supri-las. Justamente por isso, temos um número tão grande de movimentos sociais emergindo no Chile, pois o governo e os

bandolero, / que por tu sueño dulce y sonriente, / vela tu amante carabinero. / El violador eres tú. / El violador eres tú. / El violador eres tú. / El violador eres tú. - Letra completa de "Un violador en tu camino" disponível em: <https://www.amnistiacatalunya.org/edu/musica/f-unvioladorentucamino.html>

partidos políticos não só não representam a população em suas ações políticas como também não dão ouvidos às reivindicações trazidas pela população. Por isso, o número de eleitores diminuía a cada eleição, pois há uma descrença da população no que diz respeito ao pelo exercício de sua cidadania assegurada pelos governos chilenos (QUIROGA, 2020).

Além dessas duas crises, a desconfiança com outras instituições - como a igreja católica e a polícia - faz com que os chilenos se desencantem por todas as estruturas vigentes no Estado Chileno. A igreja passou por diversas denúncias de abusos sexuais, o que enfraqueceu sua dominação, sempre muito presente em território chileno. No caso dos carabineros, também conhecido como pacos, se registram uma série de denúncias durante as manifestações, abusos de poder e sexuais, repressão e agressão, entre outras, tornam a figura da polícia algo muito negativo frente à opinião pública (QUIROGA, 2020).

Com a junção dessas quatro crises, somadas a escândalos de corrupção envolvendo o empresariado dentro dos governos e dos partidos e a todas as demandas não realizadas da população chilena, temos um quadro perfeito para que os protestos populares ganhassem força em prol de um processo constituinte.

Com relação a origem do processo constituinte³, após o Acordo pela Paz Social e a Nova Constituição foi estabelecido um sistema de plebiscitos que consultavam diretamente a população sobre o desenrolar dos eventos seguintes. Algumas das diretrizes da Convenção Constituinte dizem respeito a não ter voto obrigatório e as regras a serem seguidas serem as mesmas com as quais se elegem os deputados. Nesse modelo de votação a participação dos independentes foi massiva, embora dificultada, e os votos que os mesmos receberam também foram expressivos.

A normativa estabelecida não convocava diretamente uma Assembleia Constituinte. Em vez disso, havia duas perguntas a serem respondidas pela população em plebiscito. A primeira trazia a questão de que se deveria ou não ter a formação da Assembleia, houve a aprovação da continuidade do processo. Então, havia outra pergunta a ser respondida: “Que tipo de órgão deveria redigir a Nova

³ Há uma discussão vigente que questiona se juridicamente o resultado do processo constituinte pode mesmo ser chamado de Assembleia Constituinte ou se ele deve apenas ser chamado de Convenção Constituinte. Para saber mais, ler: GONZALEZ, Eric Eduardo Palma. Notas sobre o processo constituinte chileno 2019-2020. *Revista Culturas Jurídicas*, [s. l.], v. Volume 7, n. N° 16, jan./abr. 2020.

Constituição?”. O eleitor deveria escolher entre Convenção Constitucional Mista ou Convenção Constitucional (GONZÁLEZ, 2020).

A Convenção Constitucional Mista contaria com 172 membros, dos quais 86 seriam cidadãos eleitos somente para participar desse processo e mais 86 parlamentares que seriam eleitos pelo Pleno do Congresso, formado por senadores e deputados em exercício. Porém, essa não foi a opção que ganhou o plebiscito.

A Convenção Constitucional, que foi o modelo vencedor, é composta por 155 pessoas, eleitas diretamente pela população, que estão sob um sistema de paridade de gênero, ou seja, deve existir igual número de mulheres e homens dentro da Assembleia (GONZÁLEZ, 2020).

Estabeleceram-se diversas regras jurídicas para que todo o processo fosse encaminhado, inclusive por isso, as expectativas de alguns grupos em relação aos possíveis resultados desse processo se tornaram baixas. A descrença de que as pessoas eleitas redigiriam um bom texto e o medo de que a Constituição de 1988, que já perdeu legitimidade por conta de todo o processo constituinte, fosse restabelecida como vigente, fez com que alguns grupos fossem na contramão do movimento social (GONZÁLEZ, 2020).

Ao fim, as manifestações de 2019, que começaram com o impulso das marchas feministas e terminaram com a declaração de estado de sítio, segundo o governo de Piñera, geraram um progresso significativo no que diz respeito às condições para a mudança. As instituições e estruturas chilenas, engessadas no sistema neoliberal capitalista, dificultavam fortemente o cumprimento das demandas sociais que são exigidas no país há várias décadas. O desencantamento da população com essas instituições também foi peça chave para entendermos como o Chile chegou ao ponto extremo de protestos sociais e a eclosão de um processo constituinte que resultou em uma Assembleia Constituinte já vigente. O que vemos em 2020, portanto, é somente um reflexo do que há vários anos é reivindicado pelos chilenos.

Em 2020, temos o registro da maior marcha de 8 de março da história do Chile, quase 3 milhões de pessoas participaram em todo o país, sendo somente 2 milhões na capital Santiago. Foram trazidas várias das pautas que já corriam as ruas ao longo dos anos, questões como salários, saúde, aposentadorias, trabalho e a legalização do aborto, voltam a tona.

É interessante pontuar que o canto “Un Violador en tu Camino” foi central nessa manifestação, as denúncias de violência sexual que ocorreram nos protestos reforçaram a revolta da população contra as estruturas estatais, o governo e os policiais. As feministas pediam a renúncia de Sebastián Piñera e da ministra Isabel Plá, que havia se pronunciado falando de seu desconhecimento em relação aos casos de abusos sexuais cometidos pela polícia e pelo exército desde outubro de 2019, mesmo o Instituto Nacional de Direitos Humanos tendo registrado ao menos 90 denúncias desse tipo.

Em 2020, deveria ter sido realizado o primeiro plebiscito para o processo constituinte, no dia 26 de abril, porém, por conta da pandemia de coronavírus, o plebiscito foi realizado em 25 de outubro de 2020. Mas foi somente em 2021, que podemos ver os resultados do processo em paralelo com as demandas sociais.

Nos dias 15 e 16 de maio de 2021 foram realizadas as eleições para os cargos de membros constituintes, a divisão de cadeiras na assembleia ficou sendo: 37 membros do Vamos por Chile (direita), 25 membros do Apruebo (centro-esquerda), 28 membros do Apruebo Dignidade (esquerda), 11 membros do Nueva Constitucion (independentes), 27 cadeiras destinadas a membros do Lista del Pueblo (independentes) e as outras 27 cadeiras foram destinadas aos povos indígenas e a outros partidos e independentes.

A força dos candidatos independentes, que ganharam uma quantidade significativa de cadeiras mesmo com um sistema eleitoral desfavorável a eles, refletem o poder da sociedade civil, não somente nas manifestações nas ruas, mas como eleitorado, a Lista del Pueblo, por exemplo, foi constituída por pessoas que estavam nas manifestações de 2019 e obteve uma quantidade de votos e cadeiras muito significativas. Os independentes também mostram uma recusa dos chilenos em depositar seus votos em pessoas vinculadas aos partidos políticos tradicionais, evidenciando a perda de legitimidade desses. Além disso, a perda de força da direita, reflete o desejo da população de afastamento do modelo neoliberal capitalista tradicional.

Por fim, é interessante trazer uma das principais consequências visíveis no processo de formação da assembleia constituinte: a paridade de gênero na eleição. As feministas tiveram um papel muito importante em todo o desenrolar das manifestações até a chegada da votação para a eleição dos membros da assembleia, uma das conquistas delas durante o processo está ligada a paridade de

gênero exigida no preenchimento das cadeiras. Mas o que vemos nos resultados é que o número de mulheres foi até maior do que metade das cadeiras, 11 mulheres tiveram que ceder seus lugares a homens. Esse fato reflete a força dos movimentos feministas nas ruas, ao ter, não somente muitas mulheres candidatas, como também um grande número de mulheres eleitas.

Portanto, o resultado das eleições da formação da assembleia constituinte retrata fortemente as reivindicações e vontades da população, que foram às ruas durante todos esses anos e que por meio do voto mudaram os possíveis rumos da escrita dessa nova constituição.

4 A DOMINAÇÃO MASCULINA DE BOURDIEU E O CASO CHILENO

Ao pensar no caso chileno, suas manifestações ao longo dos anos e principalmente no processo constituinte chileno, é possível colocar uma lente teórica que enriquecerá a análise e, de certa forma, elucidar algumas questões que geraram o cenário atual chileno. Podemos então traçar um paralelo entre as demandas sociais decoloniais trazidas nos eventos chilenos e o estudo feito pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu.

A discussão sobre as instituições que perpetuam a dominação masculina em uma sociedade, Igreja, Família, Escola e principalmente o Estado, fornecem um plano de fundo para o cenário e principalmente, com as manifestações feministas que efervesceram todo o processo constituinte do Chile.

Tudo que na história aparece como eterno é, em seu fundamento, uma construção e “produto de um trabalho de eternização” feito pelas instituições que normalizam e reproduzem a violência simbólica sofrida por grupos que fogem ao padrão imposto. No caso chileno temos muito bem demarcada a influência de cada uma dessas instituições no processo que levou a instabilidade civil registrada ao longo dos anos, e principalmente, em 2019 no processo constituinte.

Para que seja possível que as mulheres, e outras minorias, enfrentem a discriminação simbólica, são necessárias formas de organização e de ação coletivas com armas eficazes para “abalar as instituições, estatais e jurídicas, que contribuem para eternizar sua subordinação”. Fica interessante analisar se o processo constituinte que se desenvolveu em território chileno seria, por si só, uma arma eficaz contra a violência simbólica sofrida por esses grupos.

Desde os anos 2000, dentro dos espaços acadêmicos, correntes feministas vêm apelando para a destituição do sistema sexo-gênero, que é uma construção social naturalizada, além de contrariar todas as relações de dominação (ALVAREZ & NAVARRETE, 2019). Para isso, seria necessário ressignificar instituições sociais de todos os tipos, como trabalho, educação e até mesmo a medicina, uma vez que as relações sociais somatizadas - as quais Bourdieu chama de “habitus” - são uma lei social convertida em lei incorporada, o que significa que não podem ser desfeitas com um “simples esforço de vontade, alicerçado em uma tomada de consciência libertadora”, sendo preciso mudar as instituições que logram essa dominação.

O habitus esquematiza diversos aspectos da identidade dos sujeitos (MUÑOZ, 2020) e a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça (BOURDIEU, 2020). Dito isso, podemos entender o papel fundamental que as instituições possuem nessa ratificação.

A Escola, como mecanismo de poder opressivo, produz e reproduz as relações de gênero (MUÑOZ, 2020). Dentro da lógica chilena, podemos ver que as manifestações estudantis femininas traziam fortemente esse caráter repressivo das instituições educacionais. No caso que deu origem ao Tsunami Feminista e as Tomas Feministas, essa opressão se fez a partir da forma mais pura de afirmação da dominação, como por exemplo o assédio sexual, dos membros dessa instituição para com as jovens da faculdade.

Mas, além da violência física, a violência simbólica conta com grande ajuda das escolas e universidades, uma vez que o sistema educativo é um elemento importante para a manutenção das atuais relações de dominação e exploração. Isso ocorre graças ao fato de que os corpos produzidos por essas instituições são binários, heteronormativos e patriarcais, e reproduzem essa hegemonia ideológica (MUÑOZ, 2020).

Bourdieu coloca que é através do adestramento dos corpos que se impõe as disposições mais fundamentais, que tornam os homens ao mesmo tempo inclinados e aptos a entrar nos jogos sociais mais favoráveis ao desenvolvimento da virilidade. Virilidade essa, que em muitos momentos se converte em violência. Ademais, a experiência prática do corpo, que se produz na aplicação de esquemas fundamentais nascidos da incorporação das estruturas sociais, faz com que tenhamos no corpo um outro modo de aprisionamento.

As demandas trazidas ao longo dos protestos feministas do Chile, que reivindicavam direitos sexuais e reprodutivos, solicitavam a legalização do aborto e traziam dizeres sobre o feminicídio, elucidam claramente as implicações da estruturação da dominação como produto de um trabalho incessante de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e simbólica) e instituições, como famílias, Igreja, Escola e Estado (BOURDIEU, 2020).

O controle do corpo feminino em relação a questões que somente deveriam dizer respeito a elas mesmas, como a questão do aborto, mostram como as

instituições neoliberais estão oprimindo as mulheres de forma econômica e sexual (VARELA, 2020). Os grupos pró-vida, formados principalmente por fundamentalistas religiosos, mostram a força da Igreja para a produção e reprodução de estruturas que oprimem as mulheres.

A dominação masculina se encontra assim reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como os esquemas imanentes a todos os hábitos: moldados por tais condições, portanto, objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos, que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais.⁴ (BOURDIEU, 2020).

A Família, embora seja a instituição mais abstrata no cenário chileno, é uma das que mais tem influência no plano de fundo das manifestações. A reprodução da cultura patriarcal está profundamente atrelada às violências sofridas por mulheres no âmbito familiar, sendo a violência doméstica somente um dos exemplos.

A Família cumpre o papel de ser a primeira instituição de produção e reprodução das categorias que organizam o mundo social e visam a acumulação de capital simbólico, dado a importância do parentesco para a manutenção e acumulação desse capital.

As regularidades e regras da economia de bens simbólicos são o princípio do sistema de estratégias de reprodução pelas quais os homens, detentores do monopólio dos instrumentos de produção e reprodução do capital simbólico, visam a assegurar a conservação ou o aumento deste capital: estratégias de fecundidade, estratégias matrimoniais, estratégias educativas, estratégias econômicas, estratégias de sucessão, todas orientadas no sentido de transmissão dos poderes e dos privilégios herdados.⁵ (BOURDIEU, 2020).

Portanto é possível, de maneira efetiva, pontuar as quatro grandes instituições que permeiam a discussão de Bourdieu. No mais, podemos identificar estratégias ligadas às manifestações que ocorreram no Chile desde 2006. As estratégias educativas, que reprimem não somente as mulheres, como também todos os corpos que se inserem dentro do contexto das manifestações, de forma geral, todos os tipos de estudantes e o movimento estudantil; As estratégias matrimoniais e de

⁴ Trecho retirado diretamente do texto de Pierre Bourdieu - A Dominação Masculina: a condição feminina e a violência simbólica

⁵ Trecho retirado diretamente do texto de Pierre Bourdieu - A Dominação Masculina: a condição feminina e a violência simbólica

fecundidade, que permeiam muitas das questões que são trazidas pelas feministas ao longo do anos; E, por fim, as estratégias econômicas, que são a principal pauta das manifestações chilenas. Isto posto, é possível destacar o ponto central da discussão de instituições: o papel do Estado e da economia.

Dentro da questão econômica estatal, podemos ver algumas pautas anteriormente trazidas, como fim da lógica de mercado na educação, fim da saúde e previdência privadas e até mesmo o acesso à água de forma gratuita. As feministas lutaram por políticas redistributivas e se colocaram na primeira linha do debate político sobre precarização da vida e profunda crise de cuidados (VARELA, 2020) e os estudantes reivindicaram seus direitos de acesso a uma educação pública de qualidade. Pautas diretamente ligadas ao modelo neoliberal vigente, considerado excludente e ineficaz.

Porém, o que se destaca no caso chileno é a instituição Estatal como detentora do monopólio do uso da violência. Em todos os protestos realizados no Chile desde 2006, a repressão policial esteve presente de forma direta ou indireta. No caso dos protestos de 2019, a opressão estatal superou todos os fatos anteriormente ocorridos. Em meio aos protestos de outubro, Sebastián Piñera, presidente do Chile e chefe maior do Estado do Chile, não somente fez uma analogia das manifestações como sendo uma guerra, como também decretou estado de emergência em todo o território, com toques de recolher e saída das forças armadas às ruas.

O terrorismo de Estado praticado por Piñera durante os protestos assassinou 30 pessoas, registrou 195 queixas de violência sexual, 951 denúncias de tortura e 3765 pessoas feridas (GUTIÉRREZ & OSUNA, 2020). Bourdieu coloca que os homens são educados para reconhecer os jogos sociais que apostam em uma forma qualquer de dominação, jogos estes que são designados desde muito cedo e sobretudo pelos ritos de instituição. Fazendo um paralelo, podemos ver que a escolha de Piñera de exercer o monopólio do uso da força não passa de uma forma de afirmar sua dominação sobre os manifestantes e de perpetuar ideais capitalistas, patriarcais e coloniais (MUÑOZ, 2020).

O Chile atual sofre, então, com quatro principais tipos de violência: a violência estrutural de matriz neoliberal, colonial e racista, o terrorismo de Estado generalizado e sexualizado, a violência familiar ou doméstica e os crimes de ódio. É possível observar, deste modo, estruturas marcadas pelo patriarcado imperialista e

as múltiplas violências exercidas pelo Estado, seja via terrorismo de Estado e uso do monopólio da violência, seja por negligência em relação ao cumprimento dos direitos da população (HINER, 2019).

Fica claro então que a perpetuação da violência reside em instâncias de elaboração e de imposição de princípios de dominação. Ao enfatizar a violência simbólica, o papel da violência física não é minimizado, as pessoas espancadas, violentadas e exploradas não são esquecidas e também os homens não são desculpados pela produção e reprodução dessa forma de violência (BOURDIEU, 2020).

Por fim, se é impossível acreditar que a violência simbólica pode ser vencida apenas com armas da consciência e da vontade, pois “os efeitos e as condições de sua eficácia estão duradouramente inscritas no mais íntimo dos corpos sob a forma de predisposição (aptidões e inclinações)”, qual a eficácia dos movimentos presentes no Chile atual? Ao levar em consideração a afirmação de Bourdieu: “os pensamentos dos dominados e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento”, de submissão; é válido pensar que não seria efetivo o processo constituinte que se instaura em território chileno, porém “a visão dominante não é simplesmente uma representação mental e sim um sistema de estruturas duradouramente inscritas nas coisas e nos corpos” (BOURDIEU, 2020) e isso cria a possibilidade de romper com essa dominação a partir do esfacelamento das estruturas consolidadas dentro dessa lógica de dominação.

As mudanças econômicas, políticas e estatais que estão em jogo no processo constituinte chileno podem não destruir por completo as estruturas de dominação historicamente construídas ou “chegar a uma ruptura da relação de cumplicidade que as vítimas da dominação simbólica tem com o dominante”, contudo pode haver uma transformação radical das condições sociais de produção de tendências. O que, de certo modo, abala o ciclo de produção e reprodução da lógica patriarcal e capitalista de dominação e fornece aos grupos oprimidos, uma vez que a estrutura está abalada, formas de se impor e conseguir acesso a mais direitos e mais liberdade.

5 CONCLUSÃO

Ao final desse trabalho, é possível fazer algumas considerações sobre as manifestações, sobre o processo constituinte e seu poder simbólico que se fazem necessárias para completar e encerrar os debates aqui trazidos.

O primeiro ponto a ser tangenciado diz respeito à legitimidade das estruturas estatais chilenas atuais. A constituição, como maior e mais importante documento de um Estado-Nação, se vê questionada e, de certo modo, invalidada por esses movimentos sociais, uma vez que seu dever de assegurar os direitos da população e suprir suas demandas não foram cumpridos pelo texto em vigor.

Além disso, o contexto político chileno marcado pelo esgotamento do modelo político, descrença nas instituições e erupção de movimentos sociais com grande massividade, demonstra a necessidade de um novo projeto histórico que ressignifique os campos políticos, sociais, econômicos, institucionais, culturais e internacionais, além de mudar o acesso ao capital cultural (ALVAREZ & NAVARRETE, 2019) ou simbólico (BOURDIEU, 2020).

A dificuldade de articulação com a institucionalidade e a evidência, por meio das demandas sociais, do movimento estudantil e do movimento feminista, das limitações das instituições para resolver esses conflitos sociais, mostram o quanto importante pode ser a escrita de uma nova constituição no Chile. Apesar de não romper totalmente com as estruturas estatais, a Assembleia Constituinte dá a população o poder de alterar as condições dessas estruturas e assim, remodelar a dominação estatal de forma a ser mais tênue, possibilitando uma maior igualdade de gêneros e de classes, provendo mais direitos aos cidadãos e fornecendo recursos mínimos para uma vida digna.

Portanto, as manifestações que ocorreram nos anos seguintes a 2006, no Chile, reforçam uma guerra contra as práticas e discursos sistemáticos e cotidianos que perpetuam códigos sexistas, privados, católicos e primitivos (GUTIÉRREZ & OSUNA, 2020). Na linha de frente dessa guerra estão o movimento estudantil e o movimento feminista chileno, que questionam o Estado ilegítimo neoliberal do Chile, por meio de diversas manifestações feitas ao longo dos anos.

Ao entoarem “No + abusos, No + educación de mercado, No + miedo” nas ruas de Santiago em outubro de 2019, a população disse “não” às estruturas extrativistas neoliberais estatais, “não” as instituições que reproduzem a dominação

e “não” aos modos de produção do poder hegemônico no Chile. E ao reivindicarem e participarem ativamente do processo constituinte, a sociedade chilena contribui ativamente para enterrar esse capítulo de explorações neoliberais sexistas de sua história.

REFERÊNCIAS

ALLENDE, Isabel. **Mulheres de minha alma**: Sobre o amor impaciente, a vida longa e as boas bruxas. 3°. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2021.

ALVAREZ, Silvia Lamadrid; NAVARRETE, Alexandra Benitt. Cronología del movimiento feminista en Chile 2006-2016. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**: A condição feminina e a violência simbólica. 17ª edição. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2020. ISBN 978-85-286-0705-5.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**; Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CAOESTE. **Eleições Gerais Chile 2021**. Conferência Americana de Órgãos Eleitorais Subnacionais pela Transparência Eleitoral. Dezembro de 2021. Edição N° 010

CATARINAS. **O papel do movimento feminista chileno para enterrar o legado do ditado Pinochet**. Disponível em: <https://catarinas.info/o-papel-do-movimento-feminista-chileno-para-enterrar-o-legado-do-ditador-pinochet/> . Acesso em: 16 ago. 2021.

COBO, Rosa. "Otro recorrido por las ciencias sociales: género y teoría crítica". In: APARICIO, Marta; LEYRA, Begoña; ORTEGA, Rosario (Eds.). Cuadernos de género: Políticas y acciones de género. Madrid: Universidad Complutense, 2009. p. 11-36.

CONTRERAS, María José. "Poniendo los cuerpos en la lucha contra la violencia basada en el género: el Tsunami Feminista en Chile el 2018". Dossier: Teatro reciente en Chile y Argentina: documento, violencia y política. **Taller de Letras** Núm. 68 (2021): Primer Semestre. Publicado: jul 26, 2021. Pontificia Universidad Católica de Chile

FAZIO, Hugo. La rebelión de los pingüinos y los "amarres" de Pinochet. **CEME** (Centro de Estudios Miguel Enríquez). **Archivo Chile**. 04/06/2006

GONZALEZ, Eric Eduardo Palma. Notas sobre o processo constituinte chileno 2019-2020. **Revista Culturas Jurídicas**, [s. l.], v. Volume 7, n. N° 16, jan./abr. 2020

GONZALEZ, Débora de Fina; VIDAL, Francisca Figueroa. Nuevos "campos de acción política" feminista: Una mirada a las recientes movilizaciones en Chile. **Revista Punto Género**, [s. l.], n. N°11, p. 51 - 72, Junio de 2019.

GUTIÉRREZ, Maria Laura; OSUNA, Camila Arbuét. Resistencias feministas en Chile: Subjetivaciones y acciones estético-políticas ante las violencias neoliberales. **Revista Género**, v. 20, n. 2, p. 178-200, 2020.

HINER, Hillary. Tejiendo Resistencias: violencia contra mujeres y sujetos LGBTQIA+ en la Historia Reciente de Chile. **Revista Nomadías**, julho de 2019, n. 27, p. 51 - 74.

Indígena mapuche é eleita presidente da Assembleia Constituinte do Chile. **Carta Capital**. 4 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/indigena-mapuche-e-eleita-presidente-da-ass-emb-leia-constituente-do-chile/>. Acesso em: 15 de nov.2021

JIMÉNEZ - YAÑEZ , César. #Chiledespertó: causas del estallido social en Chile. **REVISTA MEXICANA DE SOCIOLOGÍA** , [s. l.], ano Ano 18, v. Vol. 84, ed. número 02/2022, abril junho.

MARTÍNEZ, Sergio Urzúa. 2019. “Aportes a una etnografía de los movimientos feministas: recursos expresivos en las marchas #Ni una menos y #8M en Santiago de Chile”. Antípoda. **Revista de Antropología y Arqueología** n.35: p. 115-124. <https://doi.org/10.7440/antipoda35.2019.06>

Mulheres são mais votadas no Chile, mas lei as obriga a ceder lugares. **Agência Brasil**. 18 de Maio de 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2021-05/mulheres-sao-mais-votadas-no-chile-mas-lei-obriga-ceder-lugares>. Acesso em: 15 de nov.2021

MUÑOZ, Daniela Lillo. Política, cuerpo y escuela: expresiones feministas en el marco del Movimiento Estudiantil Secundario 2011-2016 en Chile. **Debate feminista** , 59 , 72-93. Epub 30 de abril de 2020

OLIVEIRA, Leandro Silva de. **CONTRA O QUÊ LUTA O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO CHILE?**, [S. l.], p. 2-15, 2011.

PEÑA GARCÍA, Alejandro. Las protestas feministas de 2019: aspectos estético-políticos. Un análisis a partir de la perspectiva de Pierre Bourdieu. **Acta Sociológica**, n. 82, p. 11-45.

QUIROGA, Mauricio Morales. Estallido Social en Chile 2019: participación, representación, confianza institucional y escándalos públicos. **Análisis Político - Dossier: Movilizações Sociais en Latinoamérica**, Bogotá, p. 3-25, abr. 2020.

REYES-HOUSHOLDER, Catherine; ROQUE , Beatriz. Chile 2018: Desafíos al poder de género desde la calle hasta La Moneda. **Revista de ciência política**, [s. l.], v. Volume 39, n. n° 2, p. 191 - 215, 2019.

ROJAS, Milton Vidal. **Revolución Pingüina (Revolução dos Pinguins)**, Chile, 2006. UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

SCHAVELZON, Salvador. A Convenção do Chile e o árduo desafio de ser constituinte e reinvenção, não ilusão. **Lugar Comum**, Rio de Janeiro, n. N° 61, Setembro de 2021.

SILVA DE OLIVEIRA, Leandro. Contra o quê luta o movimento estudantil no Chile?. **Revista Segurança Urbana e Juventude**. v. 4, n. ½, 2011.

UN violador en tu camino. **Amnistia Internacional**, 2019. Disponível em: <https://www.amnistiacatalunya.org/edu/musica/f-unvioladorentucamino.html>. Acesso em: 9 fev. 2022.

VARELA, Nuria. El tsunami feminista. **Nueva Sociedad**. n.286. Março-Abril de 2020.

YAÑEZ, CÉSAR JIMENEZ. **#Chiledespertó: causas del estallido social en Chile**. Revista Mexicana de Sociología 82,, [S. l.], p. 949-957, 4 dez. 2020.